

Embratur quer normas do BC para conversão

PORTO ALEGRE — O presidente da Embratur, João Dória Júnior, terá audiência nos próximos dias com o presidente do Banco Central para definir as regras de conversão da dívida, o que permitirá a realização, pelo Banco, de leilões das participações acionárias em centenas de hotéis brasileiros que a empresa pretende vender. Segundo Dória Júnior, os maiores interessados em adquirir essas participações acionárias “são bancos credores da Europa, Japão e Estados Unidos”.

Os entendimentos, esclareceu Dória Júnior, vêm sendo feitos há quase um ano, mas não se concretizaram porque “o Governo demorou para definir as regras do jogo, e a Constituinte teima em hostilizar o capital externo, que se sente inseguro. Mas com a definição das regras essenciais, terça-feira passada, faltam apenas as normas e seu detalhamento para que a conversão da dívida, na área do turismo, por meio da aquisição da participação acionária da Embratur em hotéis brasileiros, se concretize”.

Dória Júnior esteve ontem na capital gaúcha para assinar convênios com o governo gaúcho, como a liberação de CZ\$ 122 milhões para financiamento de micro, pequenas e médias empresas (em sua maioria hotéis), visando aumentar a permanência — de um para três pernoites — do turista estrangeiro que passa pelo Rio Grande do Sul. Ele preferiu não revelar os nomes dos credores interessados na aquisição das participações da Embratur em hotéis brasileiros, informando apenas que o interesse não está restrito ao Norte e Nordeste, mas a hotéis de todo o país.

— O turismo é a atividade que criou mais interesse dos credores, nessa questão da conversão da dívida, não só pela avaliação patrimonial dos bens e ações, mas também pelo retorno do capital investido — disse Dória Júnior. Ele assegurou que não houve perdas para a empresa por ter participado acionariamente de centenas de hotéis, já que houve geração de emprego, impostos e benefícios para as comunidades, citando o exemplo do Hotel Laje de Pedra, em Canela, na região serrana gaúcha. “Não vejo por que o governo deva auferir lucro nas suas ações de apoio à livre iniciativa, mas também não deve fornecer recursos a fundo perdido”.

Até dia 31 de dezembro ele deu prazo à área de investimentos da Embratur para lhe apresentar demonstrativo completo do interessena aquisição das participações acionárias da Embratur em hotéis da rede privada, e o volume de recursos, que poderão representar. Os recursos obtidos nos leilões servirão para novos investimentos da Embratur em atividades de desenvolvimento do turismo.